

Financiamento Subida dos juros está a prejudicar mais as PME, avisam advogados

LEX 12 e 13

Lex

ASSESSORIA JURÍDICA

Subida de juros está a penalizar mais as PME

Advogados que dão apoio jurídico a empresas dizem que o aumento das taxas de juro está a criar dificuldades de tesouraria, que poderão agravar-se no primeiro semestre de 2023.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Para tentar estancar a inflação, o Banco Central Europeu poderá subir as taxas de juros até aos 3,25%, admittem economistas citados pela agência Bloomberg. Ainda longe dessa meta, os juros estão já a castigar e prometem afetar ainda mais as empresas já endividadas e cuja atividade depende do acesso ao crédito, em particular as organizações de pequena e média dimensão, asseguram os Negócios vários advogados especializados na assessoria empresarial.

“O aumento das taxas de juro está a dificultar a vida das famílias e das empresas em geral, independentemente do setor em que operam”, evidencia Rodrigo Formigal, sócio da Abreu Advogados. Ainda assim, adianta, “há setores mais afetados do que outros, especialmente aqueles que dependem da obtenção de crédito para o desenvolvimento da sua atividade, como o setor imobiliário”.

Já Francisco Espregueira Mendes, sócio da Telles, explica que a subida das taxas de juros começa a afetar, “nomeadamente, as empresas de pequena e média dimensão”, uma realidade que, admite, poderá acentuar-se “neste primeiro semestre de 2023”. De acordo com Espregueira Mendes, os setores que estão a ser mais afetados “são essencialmente as indústrias altamente consumidoras de energia e o setor alimentar, sendo que também se começa a sentir alguma instabilidade em parte do setor imobiliário”.

Mais direcionado para o apoio a promotores imobiliários, Henrique Moser, sócio da Antas da Cu-



Wolfgang Rattay/Reuters

Subida dos juros pelo BCE para combater a inflação está a castigar as empresas cuja atividade depende da obtenção de crédito

nha Ecija, tem uma perspectiva distinta, pois afirma que não tem sentido abrandamento no investimento por parte das empresas a que dá assessoria jurídica. “Os projetos que estão a concluir a sua fase de licenciamento vão avançar, assim como aqueles que já estão em condições de o fazer. Os nossos clientes não nos têm manifestado a sua intenção de abrandar os investi-

mentos que estão em curso”, frisa este advogado.

Inês de Albuquerque, sócia da Travassos Albuquerque, antevê mesmo que no setor tecnológico, sem um acesso mais convidativo ao financiamento, “a tendência já presente de aquisições por multinacionais ou grandes ‘players’ internacionais, vai ser, necessariamente, uma opção para várias empresas do setor”.

Tal como adianta Pedro Ávila, sócio da PRAGMA diz, “a tesouraria das empresas está a ser castigada com um aumento generalizado de todos os custos, incluindo do juro, que é o custo do dinheiro. E como este não é ‘elástico’, para já, o que estamos a assistir, é a um dilatar dos prazos de pagamento,

sendo previsível que se exponenciem, num futuro próximo, as ações de cobrança e se multipliquem as insolvências”.

A subida das taxas de juro “tem um efeito direto nos custos de financiamento das empresas, fazendo com que, por um lado, a dívida fique mais cara e, por outro, a capacidade de contração de empréstimos, e de investir, fique mais limitada”, evidencia, por seu turno, Jorge Brito Pereira, sócio da J+Legal. Claro que esta realidade tem também, como adianta “um efeito direto do lado do consumo, contraindo a procura de bens e serviços, reduzindo a massa monetária, e por essa via causando o efeito de desaceleração que permite controlar a inflação e estabilizar os preços”. ■

Aumento de custos, incluindo o dos juros, castiga a tesouraria das empresas, explica o advogado Pedro Ávila.

Risco de travão em investimentos com menor liquidez

É expectável que o aumento dos custos do crédito bancário possam travar investimentos previstos pelas empresas? Vários advogados que dão apoio jurídico a empresas e que o Negócios questionou admitem que é inevitável haver condicionamentos a este nível.

Na opinião de Pedro Ávila, sócio da PRAGMA, em alguns casos a subida dos custos do acesso ao crédito vai travar possíveis investimentos, noutros pelo menos vai trazer um "solavanco" na decisão de investir, "porque, de facto, temos vindo a assistir a uma ponderação mais demorada e cautelosa na hora de decidir investir, estando muitos empresários ainda a

aguardar para ver se estamos, ou não, perante um problema meramente conjuntural".

Tal como adianta Francisco Espregueira Mendes, sócio da TELLES, este contexto está a levar "a uma menor liquidez nas empresas, com consequências evidentes no adiamento de projetos de investimento". Segundo adianta, há efetivamente empresas que são clientes da sua sociedade de advogados que estão "a adiar projetos de investimento, nomeadamente aqueles que não são essenciais, umas vezes por necessidades já imediatas de gestão de tesouraria, outras vezes como medidas cautelares em relação a

uma recessão que se antevê como cada vez mais certa". Também neste caso, "estas consequências são mais visíveis nas empresas de pequena e de média dimensão", frisa.

"O tempo do crédito fácil e barato terminou. O aumento dos custos do crédito bancário, além de outros fatores, tais como a crise das matérias-primas e a inflação, podem determinar que as empresas tenham de reequacionar os seus planos de investimento" diz, por seu turno, Rodrigo Formigal, sócio da Abreu Advogados. No entanto, "também haverá oportunidades – que todas as crises proporcionam – para acelerar

alguns investimentos e concretizar consolidações", frisa o mesmo advogado.

Inês de Albuquerque, sócia da Travassos Albuquerque, admite que é expectável que o aumento dos custos do crédito possam travar investimentos. "Das duas uma: ou as empresas continuam a recorrer ao financiamento bancário, com encargos demasiado elevados, acabando por chegar ao ponto em que não conseguem cumprir com as obrigações assumidas e, invariavelmente, encerram (com processos mais ou menos complexos, que podem ou não passar pela insolvência ou por despedimentos coletivos); ou os ne-

gócios estagnam pela falta de investimento", diz a advogada.

Já Jorge de Brito Pereira, da J+Legal, entende que "o BCE está a atuar prudentemente", e mais do que este efeito de desaceleração não seja súbito". Sem prejuízo disso, adianta, haverá sempre algum efeito nos investimentos. "Primeiro, porque a dívida é mais cara. Segundo, porque o custo de capital é maior, o que afeta as avaliações. Terceiro, porque a desaceleração da economia temporiza só um efeito de 'cooling off' no mercado de fusões e aquisições. Creio, por isso, que esse efeito é inevitável", aponta Jorge de Brito Pereira. ■



Não podemos dizer que há setores mais afetados, o que temos são empresas que se endividaram mais no passado.



RODRIGO FORMIGAL
Sócio da Abreu Advogados



A subida das taxas de juros começa a afetar [...] as empresas de pequena e média dimensão.



FRANCISCO MENDES
Sócio coordenador da área de societário e M&A da TELLES



Sem financiamento, antevemos a estagnação das empresas e a perda de competitividade nos mercados internacionais.



INÊS ALBUQUERQUE
Sócia da Travassos Albuquerque



Haverá sempre algum efeito nos investimentos. Porque a dívida é mais cara [...] e o custo de capital é maior.



JORGE BRITO PEREIRA
Sócio da J+Legal



Os nossos clientes não nos têm manifestado a sua intenção de abrandar os investimentos que estão em curso.



HENRIQUE MOSER
Sócio da Antas da Cunha ECUA